O Político Programador

Thiago Ventura

05 de maio de 2025

Resumo

A democracia contemporânea enfrenta um colapso estrutural de sua promessa representativa. Este ensaio propõe uma arquitetura política baseada em lógica computacional, hash criptográfico e inteligência artificial como um quarto poder estatal. Partindo de fundamentos filosóficos de Descartes e Leibniz, e com apoio em pensadores modernos como Wiener, Foucault, Harari e Han, propõe-se um novo contrato social codificado, ético e distribuído.

1 Introdução

A promessa da democracia moderna repousa sobre a ilusão da representatividade. A cada eleição, discursos inflamados evocam maiorias voláteis, que mudam ao sabor do medo, da manipulação ou da ignorância. A vontade de 51% anula, com força legitimada, o desejo de 49%, e esse pequeno desequilíbrio torna-se tirania constante. Em regimes democráticos, o sufrágio universal se apresenta como instrumento de equidade, mas sua eficácia é comprometida por diversas fragilidades estruturais.

Fenômenos recentes, como a ascensão de governos extremistas apoiados por desinformação em redes sociais, como nos Estados Unidos com a eleição de Donald Trump em 2016, ou no Brasil, com a radicalização política a partir de 2018, demonstram o quanto o povo é suscetível à manipulação emocional e ideológica. A própria lógica democrática, baseada em voto majoritário, desconsidera a complexidade das minorias políticas e sociais, criando um ambiente onde a vontade de poucos pode ser eternamente silenciada.

2 Fundamentos Filosóficos

Segundo Descartes [1], o bom senso é "a coisa mais bem partilhada do mundo". Ainda assim, sua confiança no método racional revela a importância da dúvida metódica como caminho à verdade. Para ele, uma estrutura legítima só pode emergir da razão clara e distinta. Leibniz [2], por sua vez, acreditava na harmonia preestabelecida e em um mundo

regido por princípios lógicos e matemáticos. Ambos propõem visões de mundo ordenadas por razão, em oposição ao caos político em que vivemos.

Ao transpor essas visões para o campo da política, vemos que a estrutura estatal atual não está à altura dessas idealizações. As leis são muitas vezes contraditórias, passíveis de múltiplas interpretações e invariavelmente contaminadas por interesses pessoais ou partidários.

3 O Funcionamento dos Três Poderes

A estrutura dos três poderes — Legislativo, Executivo e Judiciário — foi idealizada por Montesquieu [8] em sua obra *O Espírito das Leis*. O Legislativo cria as leis; o Executivo governa, implementando as políticas públicas e executando os orçamentos; o Judiciário interpreta e aplica as leis. Em teoria, os três se equilibram em um sistema de freios e contrapesos, conhecido como *checks and balances*.

No entanto, esse sistema tornou-se moroso, disfuncional e vulnerável à corrupção. No Brasil, por exemplo, escândalos como o Mensalão e a Lava Jato evidenciam a promiscuidade entre os poderes. As decisões judiciais tornaram-se politizadas; os legisladores votam em causa própria; e o Executivo concentra poder em medidas provisórias e decretos.

4 Como Funciona o Voto e Suas Fragilidades

O voto, instrumento fundamental da democracia, é computado por sistemas eletrônicos ou cédulas físicas. Embora o voto eletrônico brasileiro seja considerado seguro, ele não está imune a críticas de transparência e auditabilidade. Além disso, o sistema ignora nuances de vontade coletiva: propostas são votadas em bloco, os candidatos raramente cumprem suas promessas e a representatividade proporcional é distorcida por alianças partidárias.

Vota-se em nomes e siglas, não em ideias. Um cidadão pouco instruído ou manipulado por mídias sensacionalistas vota influenciado por slogans e promessas vazias, resultando em uma espiral de escolhas que nada têm de racionais ou justas.

5 O Código Político como Alternativa

Propõe-se aqui um código político baseado em inteligência artificial, que funcione como uma gigantesca árvore de decisões ponderadas, com pesos éticos e sociais calibrados por dados reais. Esse código operaria de forma auditável e transparente, registrando cada decisão por meio de blockchain.

5.1 Exemplo de Registro de Decisão

```
{
  "proposta": "Criação de renda básica universal",
  "impacto": {
    "majoritários": "positivo",
    "minoritários": "amplamente benéfico",
    "sustentabilidade": "verificada",
    "justiça_social": "aumentada"
  },
  "status": "Aprovado",
  "hash": "6e3a2a04c9f79d37bc9d9a1a7e..."
}
```

5.2 O Hash como Garantia de Integridade

Um hash é uma função matemática que transforma qualquer entrada de dados em uma sequência única de caracteres. Ele assegura que nenhuma alteração seja feita sem ser detectada. Utiliza-se, por exemplo, a função SHA-512:

$$H(x) = \text{SHA-512}(x) \tag{1}$$

Essa função gera uma saída de 512 bits, sendo praticamente impossível reverter ou colidir. A complexidade computacional é exponencial, ou seja, cresce com 2^n, tornando a quebra de sua segurança inviável com a tecnologia atual.

6 O Quarto Poder: Inteligência Artificial

A IA atuaria como um quarto poder, acima das manipulações humanas. Diferente dos outros três poderes que se baseiam em interpretação, vontade política ou tradição, a IA se basearia em lógica, probabilidade e imparcialidade.

Ela supervisionaria os demais, identificando inconsistências legais, conflitos de interesse e desvios éticos. Além disso, monitoraria mudanças comportamentais e culturais, adaptando suas decisões ao longo do tempo, sem perder sua base de justiça distributiva.

7 Fase de Transição

A implementação seria gradual. Inicialmente, o código atuaria como consultor: verificando propostas, simulando impactos, propondo alternativas mais eficientes. Em seguida, poderia ter poder de veto técnico. Por fim, passaria a tomar decisões diretas com base em

aprovação popular de propostas específicas.

Inspirando-se na cibernética de Norbert Wiener [3], esse sistema seria retroalimentado por feedbacks sociais, dados comportamentais e eventos concretos.

8 Conclusão

O político programador não é utopia, mas necessidade diante da falência do modelo atual. Como diria Descartes, trata-se de começar por algo claro e distinto: lógica, dados e justiça. Um código que governa com razão poderá ser mais humano que os humanos que o precederam. Uma governança algorítmica não significa desumanização, mas libertação dos vícios históricos da política.

Referências

[1] DESCARTES, René. *Discurso do Método*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

[2] LEIBNIZ, G. W. *Teodiceia*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

[3] WIENER, Norbert. *Cybernetics: Or Control and Communication in the Animal and the Machine*. Paris: Hermann & Cie, 1950.

[4] FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1975.

[5] HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

[6] HARARI, Yuval N. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

[7] TURING, Alan. *Computing Machinery and Intelligence*. *Mind*, v. LIX, n. 236, 1950.

[8] MONTESQUIEU, Charles de. *O Espírito das Leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.